



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
Rua João Batista Parra 575 - Bairro Praia do Suá - CEP 29052-123 - Vitória - ES

TERMO

1 - OBJETO

1. 1. O presente termo de referência visa à contratação empresa para emissão parecer médico pericial especializado a ser emitido por profissionais com formação acadêmica de nível superior em medicina, na especialidade de psiquiatria e de ortopedia para prestação de serviço de avaliação pericial, e/ou biopsicossocial, da saúde de servidor, bem como de seus dependentes, lotado no Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, por meio de Junta Médica Oficial ou Perícia Médica (individual), em Vitória, conforme especificado neste Termo de Referência. Estão previstas a realização de até 06 (seis) avaliações na área de psiquiatria e 03 (três) na área de ortopedia.

2- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. JUSTIFICATIVA

- 2.1.1. A presente contratação se faz necessária para subsidiar a análise e decisão de processo administrativo atinente a pedido de licença médica, remoção de servidor por motivo de saúde, avaliação de servidores aposentados, aposentadoria especial, avaliações biopsicossociais, avaliações de condições especiais de trabalho e outros, bem como de seus dependentes, se for o caso, em razão da não existência de médico especialista em psiquiatria e em ortopedia no quadro de pessoal do TRE-ES, bem como nas Juntas Médicas do TRT e do TRF, órgãos que, via de regra, auxiliam o TRE-ES na composição de junta e em perícias médicas..
- 2.1.2. O quantitativo de avaliações periciais foi estimado com base no quantitativo de processos existentes na SASST que demandaram a necessidade de perícia nas especialidades especificadas.
- 2.1.3. A fundamentação e os quantitativos a contratar encontram-se pormenorizados nos estudos técnicos preliminares, que embasaram a elaboração deste termo de referência.

3—DESCRIÇÃO E REQUISITOS DO OBJETO

3.1.ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Quantitativo	CATSER
		Estimado (12 meses)	
1	Avaliações médico pericial na área de psiquiatria/ laudo médico	6	876
2	Avaliações médico pericial na área de ortopedia/ laudo médico	3	876

- 3.1.1.Serão prestados serviços de avaliação médica, com emissão de laudo pericial conclusivo, após avaliação minuciosa do paciente ou dependente, constando sua situação de saúde, restrições para o trabalho – ou outras atividades, no caso de dependentes - e determinação precisa do período de afastamento, de servidor do Tribunal Regional Eleitoral, por meio de participação em Junta Médica Oficial ou não.
- 3.1.2. Os profissionais não poderão inspecionar paciente seu, pessoa com a qual tenha relação familiar ou de parentesco, consanguíneo, civil ou afim, bem como qualquer pessoa com a qual tenha relações capazes de influir em seu trabalho.
- 3.1.3. Por ocasião da convocação para compor a Junta Médica Oficial, o profissional convocado apresentará declaração, por escrito, informando que o servidor ou o dependente do servidor a ser periciado não é paciente do mesmo, pessoa de sua família ou pessoa com a qual tenha relações capazes de influir em seu trabalho.
- 3.1.4.A perícia realizar-se-á em tantas sessões quanto os membros da Junta Médica julgarem necessárias para a elaboração de parecer conclusivo.
- 3.1.5. Os profissionais componentes da Junta Médica assinarão, conjuntamente, o laudo emitido, devendo constar sob a assinatura de cada um, o nome completo e o número do registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).
- 3.1.6. Estão previstas a realização de até 06 (seis) avaliações na área de psiquiatria e 03 (três) na área de ortopedia, pelo período de 12 (doze) meses, com previsão de prorrogação do contrato, de acordo com a legislação correlata, se for de interesse deste Tribunal.

3.2.CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.2.1. O objeto que se pretende contratar enquadra-se, para efeitos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, no conceito de “serviços comuns”, e deverão ser prestados de forma contínua. Não serão prestados serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

4— MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 -DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 4.1.1. O prazo para entrega do laudo pericial é de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da realização da perícia médica.
- 4.1.1. 2. O laudo pericial deverá ser encaminhado diretamente para a correspondência eletrônica indicada ou inserido em processo eletrônico específico, conforme especificado pelo fiscal.

5– DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

5.1– OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 5.1.1. Fazer a avaliação do servidor em dia e hora a serem marcados pelo TRE-ES e o Médico Avaliador;
- 5.1.2. Emitir o laudo médico conclusivo contendo todas as informações necessárias, com o objetivo de subsidiar processo administrativo referente a licença médica, remoção de servidor por motivo de saúde, avaliação de servidores aposentados, aposentadoria especial, avaliações biopsicossociais, avaliações de condições especiais de trabalho, e outros.
- 5.1.3. Informar ao TRE-ES qualquer fato que inviabilize a correta execução do contrato;
- 5.1.4. Atender os periciandos com elevado padrão de eficiência e estrita observância ao Código de Ética da respectiva categoria profissional, sujeitando-se, ainda, às regras do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078/90, e da Lei nº 14.133/2021, no que couber.
- 5.1.5. Receber/Retirar a nota de empenho no prazo 3 dias úteis. Havendo instrumento contratual, o mesmo deverá ser assinado digitalmente no prazo de 3 dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE-ES.
- 5.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- 5.1.7. Arcar com todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 5.1.8. Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato.
- 5.1.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
- 5.1.10. Comunicar ao TRE-ES, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.
- 5.1.11. Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional.
- 5.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.
- 5.1.13. O médico especialista prestador do serviço contratado deverá comprovar a seguinte documentação:
- a) Certificado de registro nacional (RQE) como médico especialista em psiquiatria ou ortopedia;
 - b) Registro no Conselho Regional de Medicina/CRM do Estado do Espírito Santo na respectiva especialidade.

5.2– OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 5.2.1. Fornecer à contratada todas as informações relacionadas com o objeto do contrato de forma satisfatória;
- 5.2.2. Proceder ao agendamento da perícia, bem como comunicar o contratado e demais membros da Junta Médica acerca do dia, hora e local da realização da avaliação;
- 5.2.3. Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, a quem compete realizar: a) Anotação em registro próprio das falhas detectadas e demais ocorrências. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO 6 b) Comunicação formal de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- 5.2.4. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas no respectivo Contrato.

5.3- VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 5.3.1. O presente Contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, limitado a 10 (dez) anos, e desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração.

6-MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. PREPOSTO E COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

- 6.1.1.. Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.
- 6.1.2. A contratada deverá indicar, em até três dias úteis após a notificação, o preposto que atuará como seu representante, mediante declaração com nome completo e qualificação profissional, contendo números de telefone (fixo e celular) e endereço eletrônico para contato.

6.1.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2.SANÇÕES APLICÁVEIS

6.2.1. O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho (ou a recusa em aceitá-la), ou para a assinatura do contrato, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de licitar e contratar com a UNIÃO pelo período de até 3 (três) anos;

6.2.2. Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o contratado que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas no art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, às seguintes penalidades:

1. Pelo atraso injustificado no início da execução do serviço, a Contratada estará sujeita a multa de mora no percentual de 0,25% ao dia, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, calculada sobre o valor do objeto em atraso.
2. Pela inexecução parcial do contrato, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa de 15%, calculada sobre o valor do objeto ou período inexecutado, conforme o caso.
3. Pela inexecução total do contrato, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa de 30%, calculada sobre o valor total do contrato.
4. Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita a multa de mora no percentual de 0,25% por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

6.2.3.Caracterizará a inexecução contratual:

1. inexecução total do contrato: o atraso superior a 30 dias na execução do objeto.
2. inexecução parcial do contrato: o remanescente do contrato em caso de rescisão unilateral.

6.2.4.Poderão ser aplicadas as demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, cumuladas às multas acima previstas.

6.2.5.Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida.
- II - as peculiaridades do caso concreto.
- III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- IV- os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- V- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.2.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada por meio de Guia de Recolhimento da União ou judicialmente.

6.2.7. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.2.8. As sanções aplicadas serão publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

6.2.9. . A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

6.2.10. A contagem dos prazos inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na execução do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

6.2.11. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto executado em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

6.2.12. Os prazos admitem prorrogação somente nos casos em que o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-ES, devendo a solicitação ser sempre por escrito e recebida contemporaneamente ao fato que ensejê-la.

6.2.13.Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do processo.

6.2.14. No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7- PRAZOS E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1.PRAZO DE PAGAMENTO

7.1.2. O Contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o quinto dia subsequente ao recebimento definitivo dos serviços, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não

haja fato impeditivo provocado pela mesma.

7.1.3. O pagamento será efetuado obedecendo-se a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

7.1.4. Será considerada como “data do pagamento” o dia em que for emitida a respectiva ordem bancária.

7.2.CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO

7.2.1. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere as retenções Tributárias.

7.2.2.O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento contratado.

7.2.3. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

7.2.4. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

7.2.5. A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

7.2.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da fórmula $EM = I \times N \times VP$, na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ $I = 6/100/365$ $I = 0,0001643$ Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%

7.3. .REAJUSTAMENTO

7.3.1.O presente instrumento contratual poderá ser reajustado de acordo com o índice IPCA/IBGE, sendo que a periodicidade do mesmo será de 12 (doze) meses contados a partir da data do orçamento estimado.

7.3.2. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação. art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

7.3.3. A decisão sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos respectivos documentos comprobatórios.

8.CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1.1. Será considerado vencedor o proponente que apresentar o menor valor total por item, que não poderá ser superior ao valor estimado da contratação.

8.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

8.2.1. Apresentar, para fins de qualificação técnico-operacional, atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução satisfatória dos serviços de perícia médica na área: item 1- psiquiatria e item 2 - ortopedia.

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.3.1. Apresentar, para fins de qualificação econômico-financeira, Certidão Negativa de Falência e Concordata ou Execução Patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da empresa.

9.PREÇO ESTIMADO

9.1. O preço estimado da contratação, conforme apuração registrada em documentos próprios pela Seção de Compras, é de :

Item	Descrição	Quantitativo Estimado (12 meses)	Preço Unitário	Preço Total

1	Avaliações médico pericial na área de psiquiatria/ laudo médico	6	R\$2.630,38	R\$15.782,28
2	Avaliações médico pericial na área de ortopedia/ laudo médico	3	R\$2.630,38	R\$7.891,14

10.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A Contratação será custeada com os seguintes recursos:

SITUAÇÃO	Há disponibilidade orçamentária
PROGRAMA DE TRABALHO	02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado do Espírito Santo
PLANO ORÇAMENTÁRIO	0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa
NATUREZA DA DESPESA	339039 - Outros Serviços de Terceiros - PJ
SUBITEM DA DESPESA	05 - Serviços técnicos profissionais
PLANO INTERNO	ADM APOIO
VALOR CONSIDERADO	R\$ 23.673,42. Conforme despacho Secom 198580 1

11.LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (Lei nº 13.709/2018)

- 11.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 11.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

12. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

12.1. A CONTRATANTE deverá assinar o termo de confidencialidade presente no ADENDO 1 deste termo.

13.CONSIDERAÇÕES FINAIS

13.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio atesta estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas neste documento, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

14 - EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO

- Daniele Menezes Torres - Fiscal Técnica Titular
- Gabriela Bispo Pimenta - Fiscal Técnica Substituta.
- Carlos Magno Chagas de Oliveira - Fiscal Demandante Titular.
- Patrícia Nogueira Figueiredo - Fiscal Demandante Substituta.

ADENDO 1 – Termo de Confidencialidade.

